

## ARTIGOS

### O QUILOMBO DO CATUCÁ EM PERNAMBUCO

Marcus Joaquim M. de Carvalho\*

*Esta é uma pequena História do quilombo do Catucá. Ele foi um resultado da luta dos escravos pela liberdade e um subproduto do caos político em Pernambuco, entre 1817 e o final da década de 1830. Morando muito perto do Recife, os quilombolas se tratavam mutuamente por malungos (companheiros da viagem da África) e elaboraram uma série de estratégias de sobrevivência, que incluíam a cooperação da população negra livre e dos escravos dos engenhos próximos.*

A historiografia sobre a resistência escrava no Brasil teve um grande avanço nos últimos anos, quando os historiadores se debruçaram sobre diferentes aspectos da protesto escravo no país.

Nesse artigo examinaremos um quilombo que já foi mencionado aqui e ali nos trabalhos clássicos de Gilberto Freyre, Roger Bastide, Richard Price e mais recentemente Stuart Schwartz. Embora essas referências sejam indicadores da importância do estudo do quilombo do Catucá, ainda há muito o que se fazer para conhecer melhor o assunto, uma vez que esses autores basearam-se no trabalho do historiador oitocentista Pereira de Costa para fazerem suas ilações sobre o Catucá. Nas páginas seguintes buscaremos cobrir essa enorme lacuna no estudo da resistência do negro no Brasil, buscando levantar a vida e morte do quilombo pernambucano mais importante do século passado.

Como fenômeno histórico, os quilombos são parte de um conjunto mais largo de estratégias de sobrevivência e resistência escrava. Por essa razão eles são fenômenos dinâmicos que mudam com o tempo. No alvorecer do século dezenove, a província do quilombo do Catucá era bem diferente da antiga capitania do quilombo dos Palmares. Os

\* Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco.

mais de cem anos que separam aqueles dois momentos viram a consolidação da ocupação do sertão, o nascimento da cultura algodoeira, a quase total ocupação da costa por engenhos de açúcar, bem como o surgimento de uma população livre bastante diferenciada de quase meio milhão de habitantes. A sociedade tomara-se mais fechada, a repressão aos escravos mais eficiente, a fuga para o mato mais difícil à medida que a agricultura comercial ocupava os nichos ecológicos mais apropriados para esconderijo. O quilombo dos Palmares localizava-se numa área bem além da fronteira canvieira. O quilombo do Catucá margeava a fronteira agrícola da zona da mata norte, começava quase que num subúrbio do Recife.

A floresta do Catucá<sup>1</sup> serpenteava a área mais populosa da província, a zona da mata seca, ao norte do Recife. Cortada por muitas estradas e picadas, ela começava nos limites de Beberibe, antigo subúrbio do Recife, passava pelo sítio dos Macacos e por São Lourenço, mais a oeste da capital, lançando-se entre os engenhos costeiros e a serra a oeste do Recife em direção ao norte. Passava pelos mangues e rios da região, chegando não muito longe da costa em Paratibe e daí a Pasmado, perto da ilha de Itamaracá, até o povoado de Tejucupapo, próximo à vila de Goiana, já quase na fronteira com a província da Paraíba. O centro do quilombo estava num pedaço dessa floresta, situada entre as matas dos engenhos Timbó e Monjope, entre as freguesias de Paratibe, Paulista e Recife, um local de terreno acidentado, cortado por riachos e brejos, conhecido como Cova da Onça.

A floresta do Catucá era cortada pelas estradas que levavam gado e algodão dos distritos de Bom Jardim, Limoeiro e Nazaré para o Recife, ou para Goiana, importante entreposto comercial na Zona da Mata. Os caminhos do gado abriam grandes clareiras nas florestas e com o tempo transformaram-se em largas estradas de terra batida. Da área canvieira, circundando Goiana, Igarassú e Itamaracá, seguia açúcar para o Recife, principalmente pelo mar. Mas muitas estradas menores ligavam a capital e os povoados da área de maior densidade populacional da província, onde transitava uma população livre bastante diferenciada. As comunicações entre o porto do Recife e o hinterland da Zona da Mata seca passavam, portanto, perto do quilombo. A situação era ideal para os ataques dos quilombolas. Por outro lado, essa proximidade das estradas também facilitaria as manobras das tropas senhoriais e a posterior destruição do Catucá.

1 Gilberto Freyre incluiu esse nome entre aqueles de origem africana na toponímia pernambucana (Freyre, 1980: 452, nota 103).

Pode-se acreditar que aquela floresta foi esconderijo de escravos fugidos desde tempos imemoriais. Contudo, as fontes só tardiamente se referem especificamente a existência de um quilombo no Catucá. Koster, durante uma viagem ao engenho Timbó, mencionou o fato de a floresta do engenho servir de esconderijo para bandidos e escravos. Contudo, ele viajou de Recife a Goiana, descrevendo minuciosamente o percurso, e morou algum tempo em Itamaracá, mas não mencionou quilombolas na área (Koster, 1978: 66-68). Parece portanto que, mesmo assumindo que florestas sempre foram lugar de esconderijo de fugitivos, o quilombo do Catucá só veio a existir como tal às vésperas da independência. Talvez seja impossível datar precisamente o nascimento do quilombo. Mas pode-se assumir que muitos escravos devem ter procurado as matas durante a revolta de 1817, cujos participantes foram principalmente plantadores de algodão e cana que circundavam o Catucá. Posteriormente, foi entre Goiana e Beberibe que se mobilizaram as tropas senhoriais para expulsar o governador português Luís do Rego em outubro de 1821. Ali também viviam muitos dos plantadores da Confederação do Equador, em 1824. A história do quilombo do Catucá, portanto, está intimamente ligada a história política e social da província como um todo.

Não que a população negra tivesse ganho alguma coisa naquelas disputas. Mas a divisão das elites levou a uma desorganização dos aparelhos repressivos que facilitou a fuga dos escravos e a formação de quilombos na província. As fugas individuais eram combatidas como parte do exercício da justiça privada dos senhores. Bem mais difícil era combater fugas em massa, ou grupos de escravos reunidos. Os custos também pesavam aí. As diligências contra quilombolas freqüentemente envolviam esforços que nem sempre um ou poucos senhores de engenho poderiam garantir. Por essa razão, a união das elites era um pressuposto importante para as diligências maiores. Só quando liberado de seu papel de regulador dos conflitos intra-elites, o Estado podia apoiar mais efetivamente as tropas senhoriais. Por essa razão o quilombo renasceu sempre que as elites se dividiam, e sofreu seus maiores revezes quando a classe senhorial estava unida. Ele cresceu com as disputas pela independência e a Confederação do Equador, mas foi duramente combatido na segunda metade da década de 1820. Voltou a crescer no final da década, e na primeira metade dos anos 30, quando várias convulsões agitaram o Recife e o interior, principalmente a Cabanada (1832-1835), no outro lado da província. Terminada a guerra dos cabanos, a repressão voltou-se novamente para a zona da mata seca. O Catucá continuaria existindo como asilo de fugitivos da justiça estatal e senhorial, mas o

quilombo, como tentativa de construção de uma sociedade alternativa, foi destruído no final da década de 1830.

A primeira diligência de maiores proporções contra os quilombolas deu-se em 1823. Um grupo de 24 ou 25 escravos fugiu do engenho Abreos em Tracunhaém e foi se alojar na floresta. Senhores de engenho da área juntaram-se no engenho Mussupinho em Igarassú e dali partiram para as matas. Bateram a Cova da Onça com suas tropas durante 6 dias. Segundo uma autoridade, os fugitivos não tiveram tempo de se juntarem aos quilombolas, que abandonaram as matas quando a diligência iniciou. Mesmo assim só conseguiram aprisionar 13 dos fugitivos que estavam escondidos perto do engenho Monjope, e gastaram nada menos do que 352\$925 réis em requisições para a operação (APEPE, 1823).

Conforme observou Pereira da Costa, por volta de 1824 o quilombo do Catucá já era bastante conhecido, tanto que Frei Caneca chamou pejorativamente de Catucá às tropas realistas estacionadas na fronteira entre Pernambuco e Alagoas, bem longe do quilombo portanto (Costa, 1985:9:47,286; Thypis, 1824). Ironicamente, parece que os quilombolas se beneficiaram muito da guerra intra-elite de 1824. Em abril de 1824, o porto do Recife já estava bloqueado pelo Comandante Taylor por ordem de Pedro I. No sul de Pernambuco as tropas aliadas ao Rio de Janeiro se organizavam para retomar o Recife. O Presidente confederado necessitava de todas as tropas disponíveis para tentar parar o exército imperial na costa sul de Pernambuco. Os quilombolas apareceram então com mais força, roubando e matando gente "diariamente", segundo uma autoridade. As estradas na zona da mata norte estavam por essa razão intransitáveis, os engenhos ameaçados. Nem a proteção senhorial impedia o ataque dos quilombolas, tal como o ocorrido a um morador do engenho Guruguza que foi roubado em sua casa (APEPE, 1824).

Só depois da Confederação do Equador, em abril de 1825 foi que a classe senhorial conseguiu começar uma repressão mais eficaz sobre o quilombo. O General Lima e Silva, Presidente da província, mandado por Pedro para debelar a Confederação do Equador, utilizou a mesma tropa que derrotou o governo confederado para combater os quilombolas (Correspondência, 1825; Diário, 1825).

Apesar dessa operação, o quilombo continuou vivo. Em janeiro de 1826, o comandante das milícias de Igarassú, senhor de engenho próximo ao Catucá, atacou os quilombolas e para tanto requisitou munição e víveres do governo (APEPE, 1826a).

A proximidade do Recife preocupava as autoridades. A própria polícia da capital vez por outra prendia quilombolas nas freguesias próximas as matas (APEPE, 1826b). Em maio de 1826, o assunto entrou pela primeira

vez na pauta da reunião do Conselho de Governo por causa de uma representação de vários senhores de engenho. O Conselho de Governo reconheceu a necessidade de combater os "negros fugidos amucambados nas matas próximas a essa cidade" e para tanto se dispôs a colaborar com os senhores da área na extinção do quilombo (APEPE, 1826c). Só com recursos do Estado, representados principalmente por armas do exército e pagamento de soldo aos ordenanças (posteriormente guardas-nacionais) e milicianos, e às vezes até tropas de primeira linha, seriam possíveis as diligências de maior envergadura entre 1826 e 1837.

Um grande problema para as tropas senhoriais era o nível de organização atingido pelos quilombolas. De acordo com a documentação do Conselho de Governo, os quilombolas estavam então se preparando para um ataque ao Recife. Estavam tramando o que um oficial chamou ser uma "resistência formal", inspirada na rebelião em Salvador em agosto de 1826 (APEPE, 1827)<sup>2</sup>. Essa consciência da luta anti-escravagista em outras províncias sem dúvida era perigosa para a classe senhorial.

A ameaça ao Recife levou as autoridades a conduzirem outra diligência de porte, com a ajuda dos senhores de engenho e seus corpos de ordenanças. A operação seguiu o padrão das anteriores. Enquanto as tropas batiam as matas, piquetes foram espalhados nos pontos de possível fuga dos quilombolas, caso resolvessem deixar a floresta. Os quilombolas lutaram bravamente. Um número não sabido morreu em combate e foram feitos 63 prisioneiros. Mesmo assim o comandante da operação reconheceu que a "maior parte fugiu" e que portanto voltariam assim que a tropa deixasse a floresta. O oficial que comandou a operação encontrou muitos "mucambos", e mesmo "casas" além de "muitas lavouras", que tratou de destruir e queimar antes de se retirar das matas (APEPE, 1827).

Essa menção explícita à existência de casas nas florestas mostra que houve portanto oportunidade para que alguns rebeldes construíssem um vida semi-sedentária, com a formação de famílias, unidade básica para a construção da noção de liberdade do escravo. A constante repressão a partir de 1826 tornou mais difícil essa sedentarização e a prática de uma agricultura mais variada que a onipresente mandioca. Os quilombolas tornaram-se cada vez mais móveis, andando em grupos menores, em que as mulheres participavam de todas as operações. Uma "quadri-lha" de quilombolas que atacou o barão de Cimbres em 1830 incluía 4 mulheres. Quando o quilombo foi arrasado em 1835, as autoridades

2 Certamente referiam-se ao levante de agosto de 1826. Vide Reis (1986:73-74).

acreditaram que apenas 4 homens e 6 mulheres teriam conseguido escapar das tropas (Lisboa, 1835; *A Quotidiana*, 1835).

Apesar daqueles ataques, foi possível aos quilombolas construir uma hierarquia mais ou menos sólida em várias épocas, outro indício da complexidade atingida pela comunidade do Catucá. Em algumas diligências menciona-se a captura de uma ou outra pessoa tida como chefe dos demais. Era comum também compará-lo (com algum exagero, é claro) com o quilombo dos Palmares, "república ainda que rústica (...) a cujo exemplo pretendem imitar os do Catucá, elegendo Chefes..." (APEPE, 1829). O documento mais revelador a respeito da tentativa de formação de uma hierarquia estável, contudo, é o que trata da diligência mais destrutiva contra o quilombo, datada de 1835. Dois dos líderes foram capturados, um deles filho do chefe anterior, morto em combate. A autoridade havia portanto passado de pai para filho, o que confirma a relativa estabilidade do quilombo, em que pese os constantes ataques das tropas senhoriais (APEPE, 1835; Lisboa, 1835; *A Quotidiana* 1835).

O mais famoso líder quilombola ficou conhecido como Malunguinho, famoso a tal ponto que o espaço da resistência negra também costuma ser referido pelas fontes como quilombo de Malunguinho. No começo de 1827, o governo provincial oferecia o prêmio de 100 mil réis pela sua cabeça. Outros líderes, como Valentim e Manuel Gabão, valiam o prêmio de 50 mil réis cada um, e a captura de qualquer outro quilombola, 20 mil réis (APEPE, 1827).

A análise do nome Malunguinho traz alguns subsídios para o entendimento do Catucá. Por Malungos, ou companheiros, se tratavam mutuamente aquelas pessoas que vieram ao Brasil no mesmo navio negreiro. Os dois viajantes - Koster e Tollenare - indicaram, em meados da década de 1810, que este era um liame informal muito significativo entre os escravos de origem africana no Brasil<sup>3</sup>. Pereira da Costa, seguindo a documentação sobre o quilombo, chamou de Malunguinho um líder rebelde, mas lembrou também que os próprios quilombolas eram co-

3 Tollenare (1956:143). Koster (1978:413). A respeito ver também o comentário de Luís da Câmara Cascudo (Koster, 1978: 417, nota 18). Bastide (1978: 85).

nhecidos por malunguinhos<sup>4</sup>. Ocorre que, apesar das inúmeras diligências contra o quilombo, não há informações concretas da fuga, captura ou morte de algum líder por nome Malunguinho. Tudo o que sabemos foi que sua cabeça foi colocada a prêmio em janeiro de 1827.

Os documentos de uma expedição punitiva em 1829, mencionam explicitamente o nome de 5 supostos líderes do Catucá. Todos tinham nomes próprios, e entre eles não se mencionou nenhum com o apelido de Malunguinho (Silva, 1988: 76-91)<sup>5</sup>. O nome de Malunguinho permaneceu, contudo, como um importante referencial do quilombo. Essa forma diminutiva do termo malungo, pode talvez não se referir a uma pessoa, mas a forma como a classe senhorial chamava qualquer chefe do quilombo.

Sendo Malunguinho o chefe e Manuel Gabão um dos seus principais subordinados em 1827, pode-se inferir também que haveria uma predominância de africanos no Catucá, até essa data ao menos, o que historicamente tem sido a regra na maioria dos quilombos<sup>6</sup>. Mas o emprego da forma diminutiva do termo malungo indica um estágio de aculturação bastante avançado. Se Malunguinho não foi uma única pessoa, mas qualquer chefe na visão daqueles que escreveram os documentos, o último Malunguinho foi João Batista, morto em combate em 1835 (APEPE, 1835). As fontes não dizem se era africano ou crioulo (e o seu nome cristão pode ter sido dado pelo senhor), mas podemos inferir que seu filho e sucessor provavelmente deve ter nascido no Brasil.

Apesar do prêmio por suas cabeças, os negros do Catucá não se limitaram a tentar construir uma sociedade alternativa na floresta. Enquanto existiu o quilombo, houve ataques aos engenhos da região, bem como às casas dos moradores próximos das matas, comerciantes e

4 Esse dado permite-nos especular que talvez o quilombo tenha se originado de uma fuga de escravos vindos no mesmo navio negreiro. Posteriormente, todos os novos membros do quilombo tornavam-se também malunguinhos.

5 Esse importante trabalho traz alguns documentos sobre o quilombo do Catucá, publicados originalmente em 1947-48, os quais contêm algumas palavras e nomes truncados. A maior parte desses originais se perderam, mas é possível corrigir alguns desses defeitos comparando-se com os documentos ainda existentes nos arquivos pernambucanos e aqui utilizados. Por essa razão é válido considerar que "Matunguinho", ou "Mabenguinho", são frutos de uma leitura errônea do nome Malunguinho nos manuscritos (Silva, 1988: 88-90).

6 Na diligência, já mencionada, de 1829, pelo menos três escravos boçais foram capturados no quilombo. Dois não sabiam dizer o senhor ou o local de morada (Silva (org.), 1988: 79). Um outro, capturado depois, não sabia absolutamente nada de português ou de qualquer outra língua africana conhecida pelas autoridades (APEPE, 1829a).

boiadas que transitavam nas estradas que ligavam o Recife a Zona da Mata norte, e daí seguiam para as fazendas de algodão e gado no agreste e sertão. Algumas das operações dos quilombolas atingiram dimensões consideráveis. Em 1828 eles não só atacaram o engenho Guruguza como chegaram a queimar o engenho Utinga, o que levou as autoridades a organizarem mais uma expedição punitiva. Muitos foram então mortos e capturados. Não foi possível saber quantos, mas do lado da lei os dados são precisos: pelo menos cinco soldados foram mortos, e uns cinquenta feridos em combate ou em estrepes e armadilhas colocadas pelos rebeldes nos caminhos que cortavam as matas. Muitos deles ficaram aleijados, de acordo com o comandante da operação, que acreditava ter eliminado os quilombolas mais próximos da vila de Goiana, mas lamentava que não fora possível fazer o mesmo com aqueles das matas mais próximas do Recife<sup>7</sup>.

As fontes indicam que os quilombolas não estavam isolados. A bem da verdade fica difícil entender a sua existência assim tão perto do Recife, numa área cortada por várias estradas sem o apoio de uma rede de contatos fora da floresta que os informasse sobre as manobras das tropas senhoriais. Esse problema era mencionado freqüentemente pelos senhores de engenho da área, que pediam "segredo" nas diligências pois a população local sempre informava os quilombolas dos movimentos do inimigo (APEPE, 1829c). Na zona rural mais populosa da província, o contato entre rebeldes e libertos, e mesmo escravos dos engenhos da região, era fundamental para a existência do quilombo. Essa cooperação ocorreu inclusive nos ataques dos quilombolas. O Catucá, portanto, está entre os quilombos do Brasil oitocentista, que tinham por base essa cumplicidade entre escravos de engenho, quilombolas e a população livre e liberta local, mormente os não proprietários dos meios de produção. Tal como lembrou Suely Robles, nessa época a tentativa de reconstrução das tradições africanas num quilombo não era suficiente para segregar os quilombolas da população livre pobre da área. O Catucá era um quilombo móvel, dividido em vários grupos no meio da floresta, tendo por meio de vida não só a agricultura de subsistência mas também furtos nos engenhos e assaltos nas estradas, além da prática de algum comércio e contrabando. Conforme estudos anteriores demonstram, estas atividades tinham por pressuposto a cooperação de pessoas de fora do quilombo<sup>8</sup>.

7 "Correspondência Oficial" 08/11/1828 in Costa (1985: 284-286). Diário de Pernambuco (1828). APEPE (1828).

8 Schwartz (1979:219); Price (1979:13); Bastide (1978: 90-96); Queiroz (1977:144).



As autoridades explicavam essa situação dado a solidariedade racial. Consideravam que toda a população entre Paratibe e Cruz de Rebouças era constituída de "negros" e "cabras", "sócios" dos quilombolas, que compravam pólvora para eles e davam "asilo" aos fugitivos<sup>9</sup>. Vale também observar que, mesmo os cativos que permaneciam nas senzalas nem por isso deixaram de contribuir para a resistência do quilombo. Os escravos do engenho Monjope, por exemplo, ao menos uma vez forneceram farinha aos quilombolas (APEPE, 1830).

Os libertos da área iam até mais longe nessa aliança. A própria fragilidade da sua condição explica o pouco distanciamento entre eles e os quilombolas<sup>10</sup>. Em 1829, uma expedição militar de 100 homens enfrentou perto do engenho Monjope uma guerrilha do Catucá de pelo menos 20 pessoas. Segundo as fontes os líderes da guerrilha eram dois homens livres, Cosme da Ora e Manoel da Ora. O pai deles e pelo menos mais um irmão já haviam inclusive sido presos por ajudarem "Malunguinho"<sup>11</sup>.

Mas havia também homens brancos cooperando com os quilombolas. Desde os tempos coloniais é sabido que plantadores próximos aos quilombos tinham que negociar com os seus inimigos de raça e classe (Schwartz, 1979:219; Mattoso, 1982:161-162). O medo dos ataques dos rebeldes era a principal razão dessas alianças contraditórias e contingenciais, embora o contrabando de armas não deva ser esquecido como fonte de renda. O Oficial que comandou a já mencionada diligência de fevereiro de 1828 estava então muito decepcionado com os homens brancos da região. Não só os moradores dos engenhos, mas mesmo os senhores recusavam-se a ajudar as tropas do Estado por temerem a vingança dos quilombolas. De acordo com aquela autoridade, eles preferiam manter os seus negócios com os rebeldes, a quem vendiam pólvora e cartuchame<sup>12</sup>.

Esse medo ficou mais evidente quando da prisão dos irmãos libertos Manoel e Cosme da Ora, aliados de Malunguinho. Para surpresa do co-

9 "Correspondência Oficial," 24/02/1829 in *Diário de Pernambuco*, 1829.

10 Essa fragilidade foi percebida pela população de Pernambuco em 1828 e em 1851. Em ambas as ocasiões várias igrejas e prédios governamentais foram invadidos pela população rural por causa de boatos de que o governo pretendia escravizar os "homens de cor". Foi essa a forma como os grupos subordinados interpretaram o anúncio, em 1828, dos tratados para o fim do tráfico em três anos, e a lei Euzébio Queiroz de 1850. Carvalho (1989:111-113).

11 "Correspondência Oficial," 24/02/1829 in *Diário de Pernambuco* (1829).

12 General Antero José Ferreira de Brito ao Presidente da Província, 08/11/1828, in Costa (1985: 284-286).

mandante da expedição militar, eles foram soltos pelas autoridades locais que temiam a reação dos quilombolas<sup>13</sup>.

Da mesma forma, mesmo os senhores mais abastados temiam a coragem dos negros do catucá. Em 1828, sabia-se que muitos se escondiam nas margens das matas circundando o engenho Monjope e Saquin. O senhor do engenho Saquin, em resposta a uma denúncia, escreveu numa folha local negando que jamais teria cooperado com os quilombolas. Lembrava aos leitores que eles eram seus "inimigos" tanto que haviam queimado um engenho de sua família, o Utinga, algum tempo antes (Diário de Pernambuco, 1828). Não há porque não considerar o senhor do engenho Saquin um "inimigo" dos quilombolas. Essa parte do argumento do senhor é bem clara. Contudo, parece também evidente que a ameaça de um ataque, como o ocorrido no Utinga, forçava os "inimigos" do quilombo a vez por outra cederem e assim não atraírem sobre si a força dos rebeldes.

Em alguns casos a amizade com os quilombolas poderia até salvar a vida e bens de um proprietário. Há pelo menos um caso razoavelmente bem documentado. Em 1829, havia pelo menos duas "quadrilhas" de quilombolas nas matas. A que era comandada por João Pataca passou a noite da véspera do dia de Santo Antônio batucando na senzala do engenho Macaco, sem ser importunada. Algum tempo depois um grupo de quilombolas atacou aquele engenho. O senhor estava ausente, mas lá estava sua esposa, Dona Helena, de quem tentaram arrancar alguns anéis que trazia nos dedos. Uma mucama então aproveitou um descuido dos assaltantes e procurou João Pataca que marchou com alguns homens para o engenho. Os dois assaltantes foram capturados castigando exemplarmente, um dos quais morreu na "roda de pau" que lhe foi imposta (APEPE, 1829c).

A pobreza era o laço mais significativo entre homens de diferentes nuances raciais. Em 1830, um grupo já mencionado acima atacou um proprietário local. As fontes indicam que além de 4 mulheres e 12 negros, havia dois pardos e pelo menos um homem branco no grupo (APEPE, 1830a). Por definição um homem branco não podia ser quilombola. Esse caso, portanto, é indicativo de uma transição de rebeldia escrava para o banditismo. Transição que parece ter sido comum, pois era tênue a linha que separava o crime do escravo fugitivo dos demais crimes definidos por lei. Até mesmo porque não havia como um quilombola não ser também um expropriador dos bens da classe senhorial. As linhas de cooperação de classe numa sociedade baseada na escravidão poderiam então cruzar categorias sócio-políticas, tal como a de escravo.

13 "Correspondência Oficial," 24/02/1829, Diário de Pernambuco (1829).

O banditismo era a situação ideal nesse cruzamento: bandos de criminosos que incluíam gente "de todas as cores" agiam por todo o interior de Pernambuco<sup>14</sup>. Além disso, desertores e criminosos freqüentemente encontravam suas companheiras entre escravas foragidas (APEPE, 1830d).

O uso do termo "branco" nas fontes também deve ser tomado em seu sentido mais amplo. Afinal muitos senhores mestiços preferiam se considerar brancos. Assim a referência a presença de "brancos" junto a quilombolas pode ser indicativo da participação de mulatos brasileiros, escravos ou não, na resistência armada. Essa presença de "brancos" entre os quilombolas parece ter sido cada vez maior na medida em que o tempo passava, trazendo a miscigenação em larga escala entre os grupos subordinados, tornando os sonhos de reconstrução de uma sociedade africana na selva mais difíceis de serem realizados, e confirmando que a vida do homem livre pobre oferecia poucas chances de ascensão social. Numa diligência ao "palmar" encontrado no Catucá em 1835, o comandante das tropas senhoriais afirmou haver gente de todas as cores por lá, chegando a dizer que viu poucos negros entre os quilombolas (APEPE, 1835a). Alguns meses e expedições punitivas depois, uma autoridade continuava afirmando que o quilombo "não é só composto de pretos" (APEPE, 1835a).

O final dos anos vinte seria terrível para os quilombolas. Em 1829, eles estavam suficientemente fortes para tomarem a iniciativa na guerra de guerrilhas. Por duas vezes foram eles que atacaram de surpresa as tropas mandadas para as matas. Por essa razão, o governo resolveu deixar um corpo permanente de 80 homens nas vizinhanças da floresta do Catucá<sup>15</sup>. Isso não foi o bastante para conter os malunguinhos. Continuaram os assaltos aos engenhos e estradas, freqüentemente com a ajuda de homens livres. Em março de 1829, pelo menos 3 soldados morreram num desses ataques e três ficaram feridos. De acordo com o Comandante das Armas da Província, os juizes de paz locais eram Impotentes contra os quilombolas e seus aliados libertos. Por essa razão, quatro batalhões de aproximadamente 60 homens cada foram enviados para as matas. Eles incluíam 45 soldados de primeira linha, 84 milicianos e 114 ordenanças. Além dessa tropa, um outro grupo de 237 milicianos e ordenanças entrou na mata, dividido em pequenas patrulhas<sup>16</sup>.

Em que pese o significativo número de tropas já empregadas desde março, em julho o Comandante das Armas da Província ainda acreditava

14 Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Ministério da Justiça, IJ1 820, 26/07/1830. Diário de Pernambuco (1829). APEPE (1830b).

15 "Correspondência Oficial," 24/02/1829 in Diário de Pernambuco (1829).

16 Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Ministério do Exército, IG1 64,27/03/1829.

que haveria de 200 a 300 pessoas escondidas nas matas, divididas em 4 quilombos principais. A solução parecia portanto ser uma mudança de estratégia. Os guerrilheiros negros conheciam perfeitamente a floresta em que operavam, e com frequência sabiam com antecedência das manobras das tropas. Nos momentos das diligências eles se escondiam não só na mata fechada, mas também nas grotas, nos mangues próximos à costa e nas ilhotas dos rios da área. Em alguns casos chegavam mesmo a saírem das matas por algum tempo, o que justificava a preocupação, nas maiores diligências, em cercá-las. Na estação chuvosa, de maio a agosto, contudo, os quilombolas tornavam-se mais confiantes e se estabeleciam em "palmares limpos", como asseverou uma autoridade (Silva, 1988: 88-89).

Dentre os líderes quilombolas nas matas do Catucá, em 1829, chamava atenção especial das autoridades as atividades de João Pataca, o homem que puniu os assaltantes do engenho Macaco. Segundo as autoridades, havia uma outra "quadrilha" de quilombolas por lá, comandada por João Bamba, a qual era "ladrona e atacante". No entanto João Bamba sempre agia em acordo com Pataca, cuja "quadrilha" era "mais mansa". Pataca e seus homens apareciam nos vilarejos da área onde faziam compras e vendiam peixes. O líder andava com "negras e guarda de honra", fazia batuques nas matas, em alguns engenhos da área, e até mesmo dentro de casas no vilarejo de Tejucupapo (APEPE, 1829c). De acordo com uma autoridade, antes eles iam a Tejucupapo "de salto", mas "hoje [julho de 1829] são pacíficos moradores nela, comendo, batucando, passeando armados e obrigando que se lhes vendam armas e pólvora" (APEPE, 1829c). Pela mesma época, os comandados de Pataca se alojaram pacificamente na povoação de Ponta de Pedras e ficaram lá batucando entre os dias 24 e 28 de junho de 1829 (APEPE, 1829c)<sup>17</sup>.

Essa atitude é reveladora da tentativa dos quilombolas, não só combaterem a escravidão, mas também de se integrarem à sociedade, mas como homens livres. A aliança com a população pobre do lugar, e até com alguns senhores, como Dona Helena, do engenho Macaco, era parte dessa estratégia mais ampla de sobrevivência. Pataca sabia do respeito que lhe era tributado pela população local. Ao prender os dois quilombolas que assaltaram o engenho Macacos, Pataca os levou para a casa do comandante da milícia local para que fossem presos. A autoridade alegou que não tinha cadeia e que Pataca os deveria remeter ao juiz de paz. Contam as fontes deixadas pelos homens brancos, que

17 As fontes não se importam com os aspectos culturais do quilombo. Mas talvez Pataca tenha sido um babalorixá na área, e como tal um importante contato entre os guerrilheiros das matas e a população de origem africana livre ou escrava.

Pataca teria retrucado que também era Juiz de paz, e tratou ele mesmo de punir os dois assaltantes (APEPE, 1829c).

Essa desenvoltura dos quilombolas levou o governo a mais uma vez, tomar as rédeas da repressão. Resolveram então cercar a floresta, além de utilizar embarcações para varejarem os pontos próximos à costa, bem como os mangues e os rios da região. Nos seus planos, o comandante da expedição tencionava contar com 500 homens, espalhados em vários pontos da área, incluindo-se canoas com 8 homens cada para caçarem os furtivos nos mangues e rios, bem como diversos piquetes de 20 soldados em vários pontos nas margens da floresta, para evitar que abandonassem a sua proteção natural enquanto durasse a diligência (Silva, 1988: 73-75).

Pataca foi um dos primeiros a serem presos. Sob promessas de alforria, e certamente depois de muitos castigos, as autoridades conseguiram que ele e mais um outro quilombola se tornassem batedores, o que em muito facilitou suas manobras. Muitos rebeldes foram mortos, inclusive o líder guerreiro João Bamba e um outro importante chefe, José Brabo. Mas Manoel Galo, outro, dos principais líderes, teria escapado (Silva, 1988: 76, 83).

A devastação foi grande. Cercados por vários piquetes, ficou mais difícil a mobilidade dos quilombolas. Resistiram bravamente, contudo. Ao final da diligência, afirmava uma autoridade que, embora o Catucá tivesse sido "reduzido a um pequeno número de negros", era ainda "temível por serem bons conhecedores destas matas, bem exercitados no fogo e estão fugidos há muitos anos" (Silva, 1988: 88).

O quilombo sofreu muitas perdas nessas expedições da segunda metade dos anos vinte e talvez tivesse sido extinto naquela época não fosse, mais uma vez, a ajuda indireta da conjuntura política do final dos anos vinte e início da década de 1830. Mais uma vez as elites estavam divididas. O corpo de tropas do exército e os recursos estatais se voltariam para a regulamentação dos conflitos intra-elite. Parecia mais inteligente para o governo provincial manter o grosso dos seus contingentes no Recife, numa época em que tanto a sociedade dos Carpinteiros de São José ou Jardineira, de credo liberal, como a Coluna do Trono e do Altar, absolutista, agitavam intensamente no Recife e no interior. Um dos objetivos dessa agitação era justamente mobilizar parte do exército estacionado no Recife, o qual, tal como no resto do país, dividia-se entre soldados brasileiros e portugueses. Por conta dessa divisão, o Comandante das Armas da Província sofreu uma ameaça de morte em outubro de 1829, o que o obrigou a colocar uma tropa de 30 homens em frente à sua casa. Essa situação agravou-se com a eclosão da revolta de Pinto Madeira no sertão, em novembro de 1829, a qual

pregava o absolutismo. A nomeação de um novo Presidente da Província e outro Comandante das Armas não resolveu a situação caótica dos aparelhos repressivos estacionados na capital. Muito pelo contrário, em julho de 1830, reconhecia o novo Comandante que havia em Pernambuco oficiais absolutistas, liberais constitucionais e até republicanos. A agitação permanecia num momento em que se iniciava a desmobilização da tropa que lutou na Cisplatina, colocando nas ruas do Recife um grande contingente de ex-soldados desempregados. No interior, as elites cindidas novamente, desde as eleições de fevereiro de 1829, reiniciaram a velha prática dos assassinatos como estratégia política. Para agravar a situação, os documentos das autoridades do interior estão cheios de casos de conflitos de jurisdição entre juizes de paz recém eleitos, antigos capitães mores e comandantes de milícias locais. Em janeiro de 1830, Araújo Lima, o futuro marquês de Olinda, visitou o engenho de sua família em Pernambuco e lamentou o estado de anarquia e agitação na zona da mata. Nada menos que 13 assassinatos de cunho político haviam sido cometidos num curto espaço de tempo (Carvalho, 1989).

O quilombo voltou então a engrossar. Em 1830 os quilombolas já estavam fortes novamente e atacaram três homens armados que caçavam nas florestas do engenho Monjope, um dos quais foi morto. Por essa razão, um importante proprietário da região escreveu ao governo solicitando ajuda para o pagamento do soldo da tropa que mobilizou para bater as matas. Em suas investigações descobriu um importante contato dos quilombolas, o cigano Genoíno Dantas.

Dantas fora acusado de contrabandear armas do exército para os quilombolas, e a acusação foi confirmada quando um juiz de paz apreendeu uma daquelas armas com um outro cigano. Posteriormente esse indivíduo escreveu para o mesmo juiz de paz solicitando a devolução da arma. Em sua carta alegava que a havia comprado a Genoíno Dantas, que teria outras a venda pelo preço de 5 "pesetas". Dantas também foi acusado de não devolver os escravos fugidos que capturava, e de ter vendido ao menos dez deles<sup>18</sup>.

Nos meses que se seguiram, as diligências contra os quilombolas limitaram-se àquelas executadas pelo senhor do engenho Timbó, um dos juizes de paz da região. Essas excursões nem sempre foram bem sucedidas. Era comum as tropas voltarem das matas sem terem encontrado ninguém. Outras vezes os quilombolas atacaram em pequenos grupos com armas de fogo, fugindo logo em seguida. Um desses grupos foi encontrado por 6 vaqueiros que procuravam por uma vaca

18 APEPE (1830a). s.d.: Amador Queiroz para Francisco Antônio de Souza Leão.

desaparecida do curral do engenho Monjope. Os quilombolas retribuíram os tiros e fugiram, deixando farinha de mandioca que, como já foi dito, o juiz de paz acreditava ter sido dada pelos próprios escravos daquele engenho. Por essa razão mais uma patrulha de 20 homens entrou na mata. Só que para surpresa das autoridades, os quilombolas enganaram essa patrulha e aproveitaram-se da situação para roubar mais farinha ainda do engenho Monjope (APEPE, 1830a).

Três meses depois, um "criolo" contou para as autoridades que encontrou 17 escravos na estrada que lhe perguntaram onde ficava o Catucá. Essa passagem ilustra a naturalidade com que se repassavam informações de fuga. Mas as autoridades também souberam do ocorrido e mandaram uma tropa de 20 homens para pegá-los antes que alcançassem o Catucá. Os fugitivos não se renderam. No combate 4 deles foram mortos, 8 recapturados, e 5 ganharam a liberdade das matas (APEPE, 1830a).

Dois meses depois os quilombolas voltaram a atacar engenhos. Também não respeitaram a riqueza e poder de homens como Domingos de Aguiar Malaquias Pires Ferreira, Barão de Cimbres, que, como foi dito acima, foi assaltado por um grupo de quilombolas que incluía mulheres e pelo menos um "branco" (APEPE, 1830a).

A difícil conjuntura do começo dos anos trinta dificultava o aparelhamento de mais uma diligência como a de meados de 1829. E a bravura dos quilombolas era tal que mesmo os recapturados por vezes negavam-se a dizer os nomes dos seus proprietários legais, apesar dos castigos infligidos (APEPE, 1829d; 1830a). O constante renascimento do quilombo demonstrava que só a força não seria suficiente para destruí-lo. Isso levou o governo a mudar de estratégia. Ao menos desde 1826, sabia a classe senhorial que era preciso abrir as matas para que elas não mais servissem de esconderijo (APEPE, 1826c). No final da década de 1820 várias sugestões foram feitas nesse sentido. Uma delas previa a criação de quatro povoações nos arredores das matas e a abertura de mais estradas através da floresta<sup>19</sup>. Um grande passo nesse sentido foi dado com a criação da colônia Amélia entre o final de 1829 e meados de 1831.

A colônia Amélia começou com um grupo de 103 imigrantes de origem germânica que pretendiam ir para o sul, mas que tiveram que fazer uma arribada forçada na costa nordestina e terminaram tendo que se instalar em Recife. O governo pernambucano então ofereceu para eles terras na floresta do quilombo. A esse grupo juntaram-se mais 54 mercenários

19 APEPE (1826c) Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1829.

alemães, que foram desmobilizados por Pedro I depois do fiasco da guerra da Cisplatina. Posteriormente, mais outros cinqüenta mercenários, também desmobilizados, juntaram-se à colônia. Com suas famílias, eles somavam algo em torno de 750 pessoas em fins de 1831<sup>20</sup>.

Para ajudar a implantação da colônia, o governo provincial pagou por algum tempo um subsídio de 160 réis diários por cada adulto e 120 por cada criança. Também colocaram um engenheiro militar alemão, radicado em Pernambuco, para chefiar a colônia. As autoridades acreditavam que os quilombolas não conseguiriam mais se firmar frente à força dos mercenários alemães. Em que pese alguma retórica em favor da importação de trabalhadores livres para a agricultura, as fontes deixam claro que o fim do quilombo era o principal objetivo da fundação da colônia Amélia. Não é exagero dizer que os colonos foram ludibriados pelo governo local, que deu a eles terras que precisavam ser arrancadas dos quilombolas<sup>21</sup>.

Quilombolas e colonos parecem ter sofrido duramente. Em setembro de 1830, os imigrantes requisitaram a continuação do pagamento do subsídio ante as dificuldades encontradas (APEPE, 1830b). Ao menos uma das famílias, os Cristiani, tiveram pessoas mortas pelos rebeldes negros. Os colonos queimaram, contudo, grande parte da floresta para fazer carvão, que terminou sendo o seu principal meio de vida. Grande parte da floresta assim desapareceu, e isso em muito dificultaria a formação de quilombos no Catucá. Apesar disso, a colônia também não foi bem sucedida. O seu desaparecimento coincide com o período da destruição final do quilombo<sup>22</sup>. Os colonos alemães foram fundamentais para a repressão aos quilombolas, mas sofreram tanto que terminaram deixando Pernambuco.

A presença dos colonos alemães no Catucá em parte explica a menor presença de quilombolas no correr da primeira metade da década de 1830, comparado com o quinquênio anterior. A Cabanada (1832-1835), contudo, obrigou o Estado a concentrar todos os seus recursos em combates ao sul da província. E a falta de confiabilidade da tropa do Recife levou o governo a trazer parte dos mercenários do Catucá para ocuparem uma importante fortaleza no Recife, durante os distúrbios de

20 APEPE (1829a) "Correspondência Oficial," 01/12/1831, in Diário de Pernambuco (1831). Diário de Pernambuco (1829).

21 APEPE (1829a) Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, estante A, gaveta 12, 01/12/1829. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Ministério do Império, IJJ9 249, 14/12/1829.

22 APEPE (1848). Diário da Administração Pública de Pernambuco (1833). Costa (1985: 313-316).



1831 e 1832 (Costa, 1985:315). Embora timidamente, o quilombo então voltou a se reunir.

Em 1831, 14 escravos do engenho de João Viera da Cunha (um futuro líder praeiro) se recolheram ao Catucá. Roubos e mortes voltaram a acontecer (APEPE, 1831). No ano seguinte, na jurisdição do juiz de paz de Goiana, continuavam a "latrocinar, depredar e até seduzindo e desencaminhando a escravatura das fazendas desse termo" (APEPE, 1832b). Próximo a Igarassu, os "pretos aquilombados" continuavam a furtar nas estradas (APEPE, 1832b). O mesmo ocorria nos limites da floresta com o Recife, na freguesia de Beberibe, onde os quilombolas atacavam até residências (APEPE, 1832b).

Mas a repressão senhorial logo se fez presente. Se no correr da primeira metade dos anos trinta faltaram grandes expedições punitivas como as dos anos vinte, a ação dos senhores de engenho contra os quilombolas foi constante. Na nova organização judiciária do código de 1830, a justiça de paz foi encarregada de reprimir os quilombos. A criação dos cargos na guarda nacional e justiça de paz foi importante na medida em que armas foram distribuídas pelo Estado para as diligências contra o quilombo do Catucá (APEPE, 1832a; 1832b).

Mesmo com essa mais eficiente organização da justiça senhorial, em torno de 1835, os quilombolas voltariam a ser um dos principais problemas para a classe senhorial da província. No começo daquele ano, atacaram o engenho Mussupinho além de fazerem vários assaltos (APEPE, 1835a). Um juiz de paz juntou 39 homens e bateu as matas. Encontrou muitos poços e estrepes, e depois de muito andar achou um "palmar", "forte pela situação em que estava colocado". Quando se preparava para atacar foi surpreendido pelo vivo fogo dos quilombolas. O juiz de paz teve 5 de seus homens feridos e "muitos estrepados". Os quilombolas novamente tinham um líder reconhecido como tal, o já mencionado João Batista, o "famoso Batista", que fora ferido durante um dos combates de que participara (APEPE, 1835a).

Pelo menos mais três diligências de pequena escala foram feitas contra os malunguinhos na primeira metade de 1835 (APEPE, 1835a). Essas operações não foram suficientes para debelar o quilombo. Logo os senhores da região começaram a aumentar o número de requisições de ajuda do governo provincial. Em maio, por pouco os rebeldes não apreenderam um dos carregamentos de armas enviado pelo governo provincial para ajudar na destruição do quilombo (APEPE, 1835a). Uma tropa de 100 homens entrou na mata para capturar Batista e seus seguidores. De acordo com o depoimento de um forro que estivera com os quilombolas, eles não eram muitos mas estavam bem armados e municados (APEPE, 1835a).

Em julho e agosto, Batista continuava em atividade. A intensa mobilidade de seus homens os salvou em várias ocasiões. Tanto atacavam perto do Recife como nas imediações de Igarassú e Goiana, mais ao norte. Segundo as autoridades, a população branca do lugar andava assustada com a crescente atividade dos quilombolas (APEPE, 1835a; 1835b).

A sorte de João Batista foi selada, entretanto, pelo fim da Cabanada. Em setembro de 1835, o governo provincial contava com um grande contingente de guardas nacionais e soldados de primeira linha treinados em duras batalhas nas matas do sul da província. Contava ainda com os índios de Barreiros que colaboraram na repressão aos cabanos. Foi então organizada uma grande operação. A presença dos índios, exímios batedores, foi fundamental para o seu sucesso. A morte de João Batista e a captura de seu filho e sucessor marcou o fim do quilombo do Catucá. De acordo com o Chefe de Polícia da Província, apenas 10 pessoas escaparam<sup>23</sup>. No final de 1836, e em 1837, mais duas diligências de menor envergadura foram feitas contra os negros do Catucá (Costa, 1985:288). Pode-se dizer que, por muitos anos, as matas ainda serviriam de esconderijo para fugitivos da justiça, ou da escravidão, mas o quilombo como tal parece ter desaparecido com a morte de seu último grande líder, João Batista.

O que se pode dizer da estrutura interna do quilombo?

Estando muito próximos do Recife, os quilombolas não poderiam nunca isolar-se completamente do mundo do homem branco. A bem da verdade, fica difícil entender a sua existência sem referência as divisões políticas das elites em 1817, 1821-22, 1824 e 1831-35, que levaram o Estado a deixar um pouco de lado a repressão aos escravos. Assim, o quilombo cresceu nos momentos de divisão das elites e foi duramente combatido quando ela estava unida.

Por conta da tumultuada política senhorial entre 1817 e 1824, o quilombo atingiu em meados dos anos vinte um alto grau de complexidade. Isso é indicado não só pelo temor do Conselho de Governo de uma invasão ao Recife, mas também pelo fato de terem sido encontradas várias casas, lavouras e choupanas no meio da mata. Um outro dado importante apontando nessa direção foi o grande número de soldados feridos em estrepes e armadilhas, que exigiam muito trabalho e destreza para serem construídas com eficiência. Nesse período, o prêmio oferecido pela cabeça do chefe Malunguinho, e a menção explícita de

23 Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Ministério do Império, IJJ9 251, 12/09/1835. APEPE (1835b) Lisboa (1835): A Quotidiana Fidedigna (1835).

um outro líder por nome Manoel Gabão indicam uma possível predominância de africanos no quilombo.

Com o aumento do número de diligências, o quilombo definiu. Contudo, os quilombolas puderam se beneficiar das contradições sociais, e do caos político desde 1817 até o final da Cabanada, para elaborar suas estratégias de sobrevivência. Os mais fracos foram os mais atingidos pela violência urbana e rural do começo dos anos vinte e trinta. Cedo, a pobreza tomou-se um laço significativo entre homens de diferentes nuanças raciais. Libertos e mesmo "brancos" (nos limites do que foi dito acima) foram encontrados entre os rebeldes. Os roubos se sucediam, bem como o comércio tendo outros párias do mundo do branco como intermediários, como foi o caso do cigano Genoíno Dantas.

O último líder maior, João Batista, não tinha um nome africano. O quilombo diversificara-se. Se é fato que o Catucá pode ter-se originado de uma fuga de malungos, posteriormente outros cativos e oprimidos em geral se uniram aos malungos originais. Em que pese a essência africana do quilombo, ele então deixou de ser puramente uma tentativa de reprodução de sociedades africanas e tornou-se um fenômeno afro-americano, híbrido, uma linha de combate contra o status quo, que envolvia escravos e libertos, de diferentes procedências e histórias de vida.

Se levarmos em conta também a mobilidade do grupo comandado por João Pataca, e sua presença nas vilas e senzalas dos engenhos, podemos fazer mais algumas inferências. A primeira é que mesmo com o passar do tempo e a diversificação do quilombo, a religiosidade africana continuou sendo o mais importante referencial cultural dos quilombolas, além de um liame fundamental entre os fugitivos aquilombados e a população negra da área, seja livre, liberta ou mesmo escrava. Uma segunda inferência é a confirmação que, em alguns momentos, os brancos não eram fortes o suficiente para destruírem os quilombo, daí então surgia um *modus vivendi* que uma ocasião permitiu a Pataca exercer o ofício de fato, senão de Direito, de juiz de paz.

Contudo as condições de possibilidade de existência do quilombo, como sociedade mais ou menos estável, eram a relativa intransitabilidade das matas pelo homem branco e a desunião entre as elites. O desmatamento feito pelos colonos alemães abriu os esconderijos para as tropas que viriam perseguir os quilombolas no final dos anos trinta. A Cabanada (1832-35) deu novo alento ao quilombo. Uma sedentarização permanente talvez não fosse mais possível mas, conforme se viu acima, durante a estação das chuvas, os quilombolas se estabeleciam em "palmares limpos". O fato do filho de João Batista ter-se tornado líder também indica uma certa estabilidade na hierarquia de comando: o filho sucedendo ao pai. Mas depois da Cabanada a elite não mais brigaria entre si até

meados da década seguinte, estourando a Praieira em 48. A tropa que combateu os cabanos foi colocada contra os quilombolas. A área foi cercada mais uma vez e os rebeldes caçados sem trégua.

Depois disso tudo Malunguinho entrou na memória de Pernambuco. Zumbi, o líder dos Palmares, é até hoje o nome de um local no Recife por onde passa a avenida Caxangá. No final do século dezenove, Pereira da Costa notou que Malunguinho e Catucá eram os nomes de dois locais no subúrbio de Afogados, em Recife (Costa, 1985:289). Em 1849, depois da eliminação do quilombo, os radicais liberais pernambucanos, liderados por Borges da Fonseca, se aliaram aos praieiros numa revolta contra o governo provincial. O nome escolhido por Borges para o pasquim da insurreição, que chamou de "revolução de novembro", era "O Catucá". Uma homenagem póstuma a bravura dos malunguinhos da floresta da Cova da Onça.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APEPE. ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DE PERNAMBUCO.

1823 *Assuntos Militares* 3, 06.07; 31.07.

1824 *Assuntos Militares*. 09.04.

1826a *Assuntos Militares* 4,31.01.

1826b *Polícia Militar* 1,26.01; 24.02.

1826c *Atas do Conselho de Governo de Pernambuco* 2,08.05.

1827 *Atas do Conselho de Governo de Pernambuco* 2, 29.01.

1828 *Juizes de Paz* 10, 11.09; 17.09.

1829a *Correspondência da Corte* 32,14.12; 16.12.

1829b *Informações* 3, 09.10.

1829c *Juizes de Paz* 1,29.06; 04.07; 24.07.

1829d *Polícia Militar* 1,05.01.

1830a *Assuntos Militares* 4, 02.06; 05.06; 17.06; 18.06; 02.07; 29.09; 10.10; 23.11.

- 1830b *Correspondência da Corte* 2,26.09.
- 1830c *Juizes de Paz* 2,11.06.
- 1830d *Polícia Militar* 1,26.07. *Juizes de*
- 1831 *Paz* 3,09.01. *Juizes de Paz* 3,03.05;
- 1832a 07.05. *Juizes de Paz* 5, 22.10; 14.11;
- 1832b 23.11.
- 1835a *Juizes de Paz* 8, 30.01; 05.02; 07.02; 20.02; 28.04; 30.04;  
04.05; 05.05; 14.05; 14.07; 19.07; 24.07; 17.08.
- 1835b *Polícia Civil* 2, 02.08; 18.09; 14.10.
- 1848 *Polícia Civil* 18, 02.01. ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE  
JANEIRO. Ministério do Exército.
- 1829 IG1 64, 27.03. ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE  
JANEIRO. Ministério do Império.
- 1829 IJJ9 249, 14.12.
- BASTIDE, Roger  
1978 *The african religions of Brazil*. Trad. Helen Sebba. London:  
John Hopkins University Press. CARVALHO, Marcus J.M. de  
1989 *Hegemony and rebellion in Pernambuco (Brazil), 1821-1835*.  
Dissertação (Ph.D.) Champaign Urbana. CORRESPONDÊNCIA  
OFICIAL
- 1825 Recife, 21.04; 22.04. DIÁRIO DA  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE PERNAMBUCO
- 1833 Recife, 20.12. DIÁRIO DO  
GOVERNO DE PERNAMBUCO
- 1825 Recife, 04.06.  
DIÁRIO DE PERNAMBUCO
- 1828 Recife, 24.12.  
DIÁRIO DE PERNAMBUCO
- 1829 Recife, 28/02/1829.  
DIÁRIO DE PERNAMBUCO
- 1831 Recife, 12.05.  
FREYRE, Gilberto.

- 1980 *Casa grande e senzala*. 20.ed. Rio de Janeiro: José Olympio. INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO
- 1829 *Fala de Tomás Xavier Garcia de Almeida ao Conselho de Governo*, 01.12. (Estante A, gaveta, 12). KOSTER, Henry.
- 1978 *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 2.ed. Trad. de Luiz da Câmara Cascudo. Recife: Secretaria de Educação. LISBOA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Torre do Tombo.
- 1835 *Pernambuco*, 17.12. (caixa 1)
- MATTOSO, Katia
- 1982 *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- PEREIRA DA COSTA, Francisco A.
- 1985 *Anais Pernambucanos*, 2.ed. Recife: Fundarpe, v.9.
- PRICE, Richard (ed.)
- 1979 Introduction. In: \_\_\_\_\_ . *Maroon societies: rebel slave communities in the Américas*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de
- 1977 *Escravidão negra em São Paulo, um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Rio de Janeiro: José Olympio. A QUOTIDIANA Fidedigna
- 1835 Recife, 18.12. REIS, João José. 1986 *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense. SCHWARTZ, Stuart
- 1979 The mocambo: slave resistance in colonial Bahia. In: PRICE, Richard (ed), *Maroon societies: rebel slave communities in the Américas*. Baltimore: John Hopkins University Press. SILVA, Leonardo Dantas (org.) 1988 *Alguns documentos para a história da escravidão*. Recife: Massangana. TOLLENARE, L F. de
- 1956 *Notas Dominicais*. Salvador: Progresso.
- TYPHIS PERNAMBUCANO 1824 Recife, 01.07.